



# Anais da Assembléia

Nº 27

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 1979.

ANO V

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 1979

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 33/79, de sua autoria, que visa assegurar o direito do aproveitamento dos Médicos aprovados em concurso para preenchimento de vagas de Capitão, realizado antes da vigência da Lei n.º 7.047, de 23 de novembro de 1978, na referida graduação do Quadro de Saúde.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1979.

(a) GILBERTO CARVALHO

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, ouvido o Plenário, REQUER a inserção na ata dos trabalhos da Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Domingos Lourenço de Almeida, ocorrido no dia 06 de abril de 1979, na cidade de Londrina.

Domingos Lourenço de Almeida foi um ilustre pioneiro do Norte paranaense, tendo participado ativamente do surgimento e do crescimento das cidades de Londrina e Paranavaí, onde deixa um número sem conta de amigos.

Pai exemplar, cidadão de conduta ilibada, deixa ilustres

descendentes na cidade de Paranavaí, onde viveu grande parte da sua vida.

Da aprovação deste, requer ainda, que dê-se conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1979.

(a) PINTO DIAS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pela posse do Senhor ISAIAS VICENTE DA SILVA, no cargo de Presidente do Sindicato dos Estivadores de Paranaguá, em solenidade ocorrida no último dia 07 do mês em curso, bem como aos demais membros da Diretoria daquela entidade.

Sendo o Sindicato dos Estivadores de Paranaguá um dos mais importantes daquela cidade, já que além de sua grande influência e participação direta nos assuntos relacionados com o Porto, é a entidade do gênero que congrega maior número de associados, justo nos parece a manifestação do Poder Público em congratular-se com o evento que é da maior relevância para a vida social e econômica da comunidade parnanguara.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência ao homenageado, para a rua Visconde de Nacar n.º 656 - Paranaguá.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1979.

(a) NELSON BUFFARA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, voto de congratulações e aplausos ao reporter-fotográfico HARATON MARAVALHAS, dos jornais "O Estado do Paraná" e "Tribuna do Paraná", pelo prêmio recebido da "Fundacion Teresa Carreño", de Caracas, através do concurso internacional da fotografia intitulado "A Criança e a Estrutura".

Requer, outrossim, que do presente, dê-se ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1979.

(a) MÁRIO CELSO.

#### JUSTIFICATIVA:

Entre quarenta profissionais argentinos, belgas, chilenos, venezuelanos, colombianos, estadunidenses, franceses, mexicanos, peruanos, equatorianos, uruguaios e brasileiros; o paranaense HARATON MARAVALHAS conseguiu uma honrada classificação, valorizando o nosso profissional e abrindo caminho para futuras conquistas. Segundo entendimento da comissão julgadora, as obras fotográficas refletem a repressão e marginalização das crianças da América Latina.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, voto de congratulações e aplausos ao jornalista LUIZ NUNES MOREIRA, do jornal "A GAZETA DO POVO", pela premiação no concurso internacional de Fotografia, realizado em Caracas, pela "Fundacion Teresa Carreño", através do concurso intitulado "A Criança e a Estrutura".

Requer, outrossim, que do presente, dê-se ciência ao

homenageado.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1979.

(a) MÁRIO CELSO.

#### JUSTIFICATIVA:

Contribuindo de maneira decisiva para a valorização do nosso profissional de imprensa, o nosso homenageado conseguiu destacar o Paraná, colocando-o no painel internacional das premiações. Concorrendo com repórteres-fotográficos dos mais diversos países (Peru, Estados Unidos, França, Uruguai, Chile, Bélgica, Equador, Colômbia, México, Argentina e outros mais), Luiz Nunes Moreira defendeu com garra o nome do jornal "GAZETA DO POVO" e da classe que representa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Senhor Jaime Lerner, Prefeito Municipal de Curitiba, sugerindo que seja criada uma área especial para estacionamento urgentes (15 minutos, no máximo) junto à Rodoferroviária.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1979.

(a) MÁRIO CELSO.

#### JUSTIFICATIVA:

Sentindo o problema das pessoas que necessitam comprar uma passagem ou apenas retirar uma encomenda junto à Rodoferroviária, cujo espaço de tempo não se estenderá dos 15 minutos normais, previstos para casos urgentes, estamos sugerindo a implantação de uma área para estacionamento gratuito de automóveis, pois certas pessoas se dirigem a Rodoferroviária apenas para a compra de uma passagem, sendo obrigadas a pagar o estacionamento ao preço de 1 (UMA) hora.

Através de seu departamento competente a Prefeitura poderá efetuar um estudo no sentido de reformular este sistema atual, oferecendo um local para estacionamento urgentes e gratuitos. Ou então, que a URBS altere a maneira de cobrança, passando a cobrar por minuto ao invés de cobrar por hora, resolvendo desta forma o problema.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Senhor Presidente da TELEPAR, solicitando de Sua Excelência as informações abaixo discriminadas, com referência ao serviço de piadas por telefone:

CONSIDERANDO QUE os usuários não necessitam ouvir piadas via telefone, a fim de melhorar o mau humor muitas vezes criado pela própria companhia;

CONSIDERANDO QUE pessoas com excesso de trabalho, estafa ou mesmo cansaço mental jamais recorrem a este tipo de serviço;

CONSIDERANDO QUE pessoas com qualquer outro tipo de problema sempre buscam uma paz interior ou mesmo uma palavra amiga junto ao tradicional serviço TELEPAZ;

CONSIDERANDO QUE pouca gente sabe da existência de tal tipo de serviço (se assim podemos definir), devido a pouca publicidade sobre o assunto;

CONSIDERANDO QUE o nível das piadas é da pior qualidade, surgindo inclusive humoristas desconhecidos e sem nenhuma graça;

CONSIDERANDO QUE tal tipo de serviço nada acrescenta na prestação real de serviço da TELEPAR;

#### PERGUNTO:

1) Qual o custo total para implantação deste sistema junto à TELEPAR?

2) Qual o custo mensal para o recebimento e divulgação das piadas através do número 137?

3) Qual a agência de publicidade ou qual a organização que fornece as piadas para a TELEPAR?

4) Existe alguma pesquisa para saber do aproveitamento deste sistema junto aos usuários?

5) Se existe, qual o seu resultado? Se não existe, porque não foi implantada?

6) Existe algum plano visando a extinção deste tipo de serviço ou a companhia acredita na sua validade?

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1979.

(a) MÁRIO CELSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação no sentido de instalar um mono canal telefônico no Distrito de Rio do Salto, no Município de Cascavel.

A presente solicitação se faz, visando atender aos reclamos daquela laboriosa população.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1979.

(a) DAVID CHERIEGATE.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de cópias de depoimentos prestados por cidadãos de Salgado Filho sobre arbitrariedades policiais praticadas naquela localidade, à Comissão de Polícia da Assembléia Legislativa e à Liderança da Aliança Renovadora Nacional, para que determinem as providências que o caso requer.

Requer, outrossim, que do presente seja comunicado o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e a Câmara Municipal de Salgado Filho.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1979.

(a) DENI SCHWARTZ.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER da Secretaria da Educação, um pedido de informações, no sentido de que seja informada a Casa, sobre estudos ou intenções de ESTADUALIZAR, a Fundação Faculdade de Agronomia de Bandeirantes.

Que da decisão, comunique-se o Centro Acadêmico Carlota Meneghel em Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1979.

(a) NILSO SGUAREZI.

#### JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná possui apenas quatro Faculdades de Agronomia e uma delas a única de caráter municipal, ou seja Fundação Municipal é a de Bandeirantes. Ninguém desconhece os sérios problemas enfrentados atualmente pelos municípios, quanto aos recursos financeiros, daí porque é reivindicação de Bandeirantes seja aquela Fundação estadualizada para que obtenha maior autonomia e possa dar cumprimento a sua destinação. Objetiva o requerimento saber se existem estudos sobre esta possível estadualização, bem como intenções do Governo do Estado para a referida medida. No interesse dos alunos daquela Faculdade, diretamente interessados, é que requer-se as informações acima descritas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, solicita após ouvido o Plenário desta Casa, a aprovação de voto de apoio e solidariedade aos agricultores atingidos pelo reservatório de Itaipu, e que estiveram reunidos

em Assembléia Popular no último sábado, dia 07 de abril deste ano, na cidade de Santa Helena, ocasião em que reivindicaram que sejam acrescentadas novas reivindicações ao documento das Assembléias de Santa Helena, de 16 de outubro de 1978, e à de Marechal Cândido Rondon, de 16 de fevereiro de 1979, e que reputamos como justas, já que partiram das bases, pedidos feitos pelos lavradores que estão sendo injustiçados.

Nesta Assembléia, reivindicaram os agricultores, indenização JUSTA pedindo todas as benfeitorias sem nenhuma exceção, tais como, a existência no imóvel, de benfeitorias em geral, e as coletivas como eletrificação, estradas, centros comunitários e outras.

Um reajustamento daquelas indenizações já efetuadas, uma vez que o preço recebido não é suficiente para conseguir outro imóvel. Que quando houver desmembramento de terra, se for do interesse do agricultor, que haja indenização da totalidade do imóvel. Que todos os moradores de uma mesma localidade fossem indenizados na mesma época, para que não haja enfraquecimento por parte dos remanescentes. Estas foram algumas das reivindicações. E já que o Presidente da Itaipu Binacional, Sr. Costa Cavalcanti, não compareceu à assembléia popular para explicar aos lavradores os métodos indenizatórios injustos, e poder dar algumas esperanças aos mesmos, mas afirmando a imprensa que condena tal manifestação. Que tal manifestação não sensibilizará a Itaipu. Afirmou mais ainda, o General Costa Cavalcanti: "que a concentração pública não é um método produtivo, pois no fim acabará apenas em discurso".

Sugeriu o General Costa Cavalcanti, sugestão esta feita à FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, que formassem uma comissão para discutir o assunto pessoalmente. Já que os agricultores não têm o apoio do Senhor Diretor-Geral da Itaipu Binacional, conta desde o início com nosso apoio, com nossa admiração e disposição de luta por uma causa justa e acima de tudo, humana.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1979.

(a) GERNOTE KIRINUS

#### Projeto de Lei:

#### PROJETO DE LEI N.º 37/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — O Art. 1.º da Lei n.º 6628, de 17/10/74, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL ALCINDO FANAYA JÚNIOR", com sede e foro nesta Capital".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1979.

(a) JOÃO ELÍSIO

#### JUSTIFICATIVA:

A Lei n.º 6628, de 17/10/74, publicada no Diário Oficial n.º 163, de 21/10/74, declarou de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Instituto de Surdos-Mudos do Paraná, com sede e foro nesta Capital. Em função do crescimento no atendimento assistencial que essa Associação vem mantendo, a sua estrutura teve que adotar novas e mais amplas dimensões, o que culminou com sua constituição em Fundação, para que melhor e mais extenso se fizesse o atendimento filantrópico. Isso se deu através da Escritura Pública, realizada no 7.º Tabelião desta Capital, em 30 de janeiro do corrente ano, cujo documento, através de fotocópia, que anexamos ao presente.

Assim, para que essa instituição, uma das mais completas e perfeitas no gênero do Brasil, no atendimento da assistência ao menor surdo-mudo não venha a sofrer restrições nas prerrogativas que lhes são conferidas pelo instituto da declaração de utilidade pública, é que estamos apresentando o presente

plano de lei, alterando a lei que, em 1974, declarou de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Instituto de Surdos-Mudos do Paraná, hoje transformada em Fundação Assistencial Alcindo Fanaya Júnior. A documentação que anexamos ao presente, comprova a efetiva transformação e demais formalidades legais que permitem a aprovação por esta Casa, do projeto de lei que submetemos à consideração desta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do Expediente.

Antes de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, registramos com satisfação a presença em nosso Plenário, do Sr. Dionízio Ferraz Júnior, Vereador da Câmara Municipal de Paranavaí e Líder na Câmara da Aliança Renovadora Nacional.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já tenho encaminhado a esta Mesa um requerimento de apoio aos lavradores que se reuniram nesse último sábado, dia 7, reivindicando mais justiça em relação ao processo indenizatório efetuado pela Binacional Itaipu.

E nessa oportunidade, quero deixar aqui o meu apoio e o meu voto de solidariedade aos colonos, aos agricultores que participaram da "assembléia popular", realizada neste último sábado no Município de Santa Helena, na Região Oeste do Paraná.

Estive presente àquela "Assembléia", Sr. Presidente, Srs. Deputados, onde as reivindicações foram mais uma vez apresentadas, e senti junto a eles a revolta dos agricultores injustiçados, apresentados por eles através de vários depoimentos. No entanto, senti também que existe neles uma esperança, esperança esta, que os responsáveis pela Itaipu resolvam de uma vez aquela situação angustiante. A reunião em si, foi muito bem desenvolvida. A participação dos colonos e agricultores veio, mais uma vez, reforçar a necessidade de o Governo abrir os olhos para as tremendas injustiças que estão cometendo contra uma classe de trabalhadores que nada mais reivindicam, que uma justa indenização pelas áreas de terras de suas propriedades, que serão inundadas, por Itaipu.

Acho que é chegada a hora do Governo por fim a esse sofrimento. A Itaipu não pode continuar nesta tentativa infame de explorar os lavradores e negar as suas reivindicações a esses heróis anônimos.

Os colonos querem terras do INCRA, querem reassentamento no Paraná. Os colonos querem e reivindicam o seu reassentamento em terras aqui neste Estado, porque foram responsáveis pelo progresso deste Estado. Não estão querendo ser enviados para outras plagas, onde por certo continuará a exploração contra eles.

Os colonos estão revoltados, pois estão sendo injustiçados, e o Governo está fazendo vistas grossas, o Governo está a certo ponto, desmerecendo o sacrifício dessa gente humilde embrenhada nos mais longínquos rincões desta nossa terra.

Os colonos, os lavradores, os proprietários de pequenas e médias áreas de terra, estão, sim senhor, revoltados com o tipo de indenização injusta e desmerecedora do seu trabalho e sacrifício.

Segundo alguns colonos, que falaram naquela assembléia de sábado, ouvimos que estão tentando vender-lhes terras no Mato Grosso, na Amazônia, a preço de 15 mil o alqueire. Mas eles não as querem. Preferem ficar no Paraná.

Encontramos um colono, que disse ser esta a terceira vez que é prejudicado por construções de usinas, mas que agora vai firmar pé; pretende ficar aqui no Estado. E um colono, chegou a afirmar que acredita não ser o Presidente João Baptista Figueiredo, um covarde. E que ele pode resolver esse proble-

ma dos agricultores.

A Itaipu Binacional, está instigando os lavradores. Tais afirmações não são feitas por mim, por este Deputado. Foram feitas pelos próprios lavradores, por colonos que estão sendo prejudicados pelo processo indenizatório de Itaipu.

Outro lavrador, levantou uma questão que julgamos importante trazer aqui e merecer nossa reflexão. Afirmou ele, que Itaipu está sendo construída para favorecer a Nação, mas que está prejudicando os proprietários das terras daquela região. Itaipu chegou a pagar a quantia irrisória de 196 mil cruzeiros por alqueire de terra com benfeitorias. Enquanto que aos dois mil agricultores ali presentes, o preço mais alto oferecido por Itaipu, foi de 78 mil cruzeiros.

Pesa ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a declaração feita por Costa Cavalcanti, Presidente da Binacional, condenando aquele ato cívico, aquele ato heróico.

E aqui vai o nosso voto de solidariedade, pelo qual pedimos a adesão dos Colegas Parlamentares, para que apoiemos aqueles colonos em suas justas reivindicações.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há alguns dias atrás, o nobre Líder da Arena desafiou a bancada do MDB, para que citasse da tribuna, as vítimas da tortura e os torturadores.

E é neste sentido que hoje assomamos à tribuna, para dar nomes às vítimas da tortura e aos torturadores.

Ao mesmo tempo em que pedimos, através de documentos, as providências, não só da Comissão de Polícia desta Casa, mas também da Liderança da Arena.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Alguém já disse que o grave problema dos regimes ditatoriais não é propriamente ditador, e sim o guarda da esquina, que passa a se sentir juiz executivo e legislativo. Faz a lei, julga e executa. E isso está ocorrendo no momento, na pequena cidade de Salgado Filho, no Interior do nosso Estado.

Tenho em mãos, Srs. Deputados, depoimento de quatro cidadãos daquele município. Uma denúncia bastante grave com relação ao sistema policial lá implantado.

Leio alguns tópicos destes documentos, que posteriormente passarei às mãos do ilustre Líder e do ilustre Presidente da Comissão de Polícia.

"Que, conforme se ouvia — leio — o dito menor, de tanto castigo que sofria, parecia às vezes que desfalecia, parecendo que vinha a ser estrangulado ou sufocado; que a tragédia durou cerca de uma hora, durante a qual muitos dos que estavam no grupo, pensavam invadir a cadeia, e outros também de interceder junto aos policiais, para que parassem com a tortura, mas ninguém se atreveu a tomar qualquer decisão, porque o dito policial João, estava enfurecido e demonstrava embriaguês, quando se torna ainda mais perigoso, sendo temido por todos".

Outro tópico dos depoimentos prestados sobre esses acontecimentos ocorridos há cerca de três horas da madrugada de 22 de março do corrente. — ((Lê):

"O declarante ouviu latidos de cachorro e gritos pedindo por socorro, os pedidos feitos partiam da cadeia, que eram de um jovem; que dito jovem chamava por Arduíno e Cabo Júlio; que quando o menor pedia pelo Cabo Júlio, o soldado de nome João Moraes revidava, dizendo que está aqui o Cabo Júlio que está te surrando; que então pode perfeitamente o declarante certificar-se que o jovem era violentamente espancado pelo Soldado João, que ecoava ou instigava o cachorro contra a vítima; que o menor pedia pelo amor de Deus que não o matassem; que o soldado João continuava batendo ainda mais violentamente na pobre vítima".

Outro tópico do depoimento de um dos cidadãos de

Salgado Filho: ((Lê):

"Que ninguém foi defender o menor, porque o Soldado João estava muito enfurecido e perigoso, podendo mesmo atirar nas pessoas".

Com a intervenção do Sr. Prefeito Municipal, foi chamado às pressas naquela madrugada, o menor foi colocado na viatura da Polícia e levado à sua casa, onde a polícia, juntamente com o Delegado, cometeu outra arbitrariedade, pois às "4 horas e 40 minutos, aproximadamente, invadiu a casa do pai do menor que estava sendo espancado na Delegacia.

Diz o depoimento de um outro cidadão: "Que, na madrugada seguinte, por volta das 4,30, isto é, na madrugada de 22 do corrente, quando dormia em sua casa com a família, ouviu ruído de motor de carro; que pela janela, com a esposa Maria de Lourdes, então verificou tratar-se da viatura da polícia; que então observaram que da viatura desembarcaram o Delegado, o Soldado Gritz (ou gringo), e o menor Ramão."

E no outro tópico diz o seguinte: "Que o menor conhecido por Tião, abriu a porta da casa; que quando abriram a porta, o Delegado e os policiais entraram na casa sendo que este não se encontrava, encontrando-se somente as esposas do Sr. João e de José, sendo esta filha do casal João."

Outro tópico: "Que ouviram o declarante e irmão que o Soldado João insistia com Ramão que lhe pagasse 2 mil e 500 cruzeiros da carceragem e despesas para soltá-lo".

Resumindo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o menor de nome Ramão foi espancado na Delegacia de Polícia de Salgado Filho, e posteriormente jogado em frente à sua casa, que também foi invadida, tendo no dia seguinte, necessidade de ser hospitalizado.

O soldado foi retirado de Salgado Filho e deve estar cometendo atrocidades em alguma outra cidade. O delegado permanece no posto.

E é por esta razão, em atendimento ao pedido do nobre Líder da Arena, é que estamos requerendo a entrega desses documentos à Liderança e à Comissão de Polícia, para que as providências sejam tomadas.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os jornais da semana que findou, trouxeram notícias, as quais nos preocuparam sobremaneira.

"O Governo vai importar vários produtos agrícolas, para pressionar os preços e conter a inflação, pois os mesmos foram responsáveis, em grande parte, pela composição do índice geral dos preços, que causou a inflação de 5,8% em março de 1979."

Essas são as afirmações de quem não quer assumir a realidade da má condução da Política Econômica e Agrícola Brasileira; é tentar, mais uma vez, distorcer a realidade, porque segundo o Governo, representado pelo Ministro da Fazenda, iremos importar:

1.000.000 tn. de milho;  
400.000 tn. de arroz;  
100.000 tn. de feijão; e  
66.000 tn. de carne.

No caso do milho, que é básico, é sabido que o desestímulo do seu preço mínimo, foi quem levou, aliado à estiagem de toda a região sul, à insuficiência de produção para o consumo interno, porque segundo as estimativas, iremos colher 16 milhões de toneladas de milho, sendo que o nosso consumo interno é de 17,5 milhões de toneladas; o que quer dizer, teremos um déficit previsto na ordem de 1,5 milhões de toneladas; e importar 1 milhão de toneladas para conter a inflação, é simplesmente "enganar" o povo brasileiro; por que não dizer a verdade?

Quase praticamente toda a produção de milho do nosso

País foi comercializado a um preço de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 130,00 a saca, dando um preço médio de Cr\$ 115,00 pago ao nosso produtor; bastou no início da safra ser veiculada a notícia que a produção seria satisfatória para que os preços imediatamente caíssem, no entanto, como sabedores que iremos agora importar o milho por US\$ 150 a tonelada, o que significa por saca, Cr\$ 207,00 - 60 quilos, e isto não se deve esconder do povo brasileiro.

Para o nosso produtor agrícola, os preços são achatados, e para os estrangeiros, se dá 80% cento a mais que o mercado interno.

Por que agora, quando a safra está nas mãos das multinacionais, os derivados do milho serão comercializados ao preço pago pelos importados, e sabem quem irá pagar tudo isto? É o sofrido consumidor brasileiro, que ao comprar os gêneros de primeira necessidade, arcará com o ônus da política errada implantada na agricultura deste País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por que num País de 250 milhões de hectares de terras agricultáveis, ter que importar alimentos, mesmo que hajam fatores climáticos negativos em determinadas áreas? É muita INCOMPETÊNCIA de quem está a ditar normas e a comandar a Nação, e esperamos que o "Velho Milagreiro", o atual Ministro da Agricultura, que ainda ontem lá no Estado da Bahia, deu a grande arrancada para o PROGRAMA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS, encontre a fórmula para corrigir estas anomalias, e que o "Tecnocrata" da Secretaria da Agricultura em nosso Estado, corresponda às necessidades e anseios do grande celeiro nacional, que é o Paraná".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): — "Nos próximos dias, esta Casa e outros órgãos públicos, organizações econômicas, assim como a maioria do povo, suspenderão suas atividades normais para comemorar o sacrifício de Jesus Cristo.

É louvável a respeitosa atitude, pois foi graças ao derramamento do sangue imaculado de Deus feito Homem, que a Salvação da humanidade tornou-se possível. Foi o próprio Cristo Redentor, que enfaticamente anunciou ser Ele "o Caminho, a Verdade e a Vida", não podendo ninguém chegar aos altos Céus de outro modo, conforme registrou o Apóstolo João no capítulo 14, versículo 6 do Evangelho que escreveu.

Durante seu ministério terreno, Jesus de Nazaré procurou demonstrar aos seus seguidores a necessidade do cultivo do amor, da fé, da obediência, da humildade, do respeito a Deus e ao semelhante, às autoridades e da vida de serviço.

Dando o exemplo, praticava aquilo que ensinava. De seus lábios nunca se ouviu palavra torpe ou inadequada; de suas mãos nunca se viu obra imperfeita.

Embora somente o bem fizesse, foi alvo do mais hediondo crime da história. O próprio governador que determinou a aplicação da sua pena de morte, confessou a inexistência de motivos para condená-Lo. A multidão que acompanhava o julgamento, porém, insistia para que Ele fosse crucificado.

A ordem foi cumprida. O Rei dos Reis e Senhor dos Senhores, carregando sobre seus ombros o peso dos pecados do mundo, morreu na cruz, mas verdadeiramente triunfou, pois cumpriu com a sua missão redimidora.

O povo que tanto fora beneficiado por seus atos, e até alguns de seus discípulos, não compreenderam a importância e a extensão do sacrifício expiatório. Mesmo após a gloriosa ressurreição, preocupavam-se apenas com os afazeres para conquistar bens materiais.

E hoje, que pensamos nós? Será que Jesus Cristo tem algum significado em nossa existência? Será que a sua volta,

a brevemente ocorrer, segundo os sinais anunciados nos ensinamentos bíblicos, constitui em nossa "bem-aventurada esperança"?

Se dedicarmos uma parte desta "Semana Santa" para avaliar, conscientemente, nossos pontos de vista a respeito desses importantes assuntos, certamente encontraremos novas razões para o aperfeiçoamento dos nossos critérios de vida e de fé vencedora.

Enfim, são do Cristo Vitorioso, as palavras: "Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância". S. João, 10:10, lembrando também, de que "tudo é possível ao que crê". S. Marcos, 9:33.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente."

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): — "A fome se constitui, hoje em dia, em grave problema mundial. O Brasil não está imune a ela. A cada dia que passa, em consequência do crescimento da população, e em consequência da perda do poder aquisitivo de consideráveis parcelas dela, a fome se apresenta entre nós com o cortejo de horrores.

Os índices de mortalidade infantil crescem inexoravelmente. E as crianças sobreviventes, regra geral, desnutridas e fracas, sujeitas portanto, a perecerem ao impacto de doenças menos graves, por não possuírem suficiente resistência orgânica.

Os adultos em que se transformam essas crianças esqueléticas, são igualmente fracas e indolentes, inaptos para o trabalho produtivo, peso morto para a Nação.

Preocupado com a gravidade do problema, e na certeza de que a recuperação do nosso povo está na solução do seu problema alimentar, fiz, há poucos dias, caloroso apelo às autoridades federais competentes, no sentido de que, a par do vivo combate à inflação, fator da desvalorização alarmante da nossa moeda e, portanto, diminuidor da necessidade aquisitiva de todos, envidassem eles o máximo dos esforços na batalha do barateamento do custo de vida.

Como medida drástica, de emergência, inspirada no mais sadio patriotismo, propus que o Governo partisse para o congelamento dos preços nos produtos alimentícios básicos, a fim de que o povo tenha maior acesso a eles, e por melhor nutrição possa recuperar as energias perdidas e tornar-se força atuante do nosso progresso econômico e cultural.

Tenho satisfação de anunciar que o meu apelo foi ouvido e compreendido pelo Governo, tanto que, em data de ontem, decretou o congelamento de preços de diversos gêneros de primeira necessidade, pondo freio assim, à especulação desbragada que vinha sendo levada a efeito pelos atravessadores.

Essa notícia merece especial registro, porque altamente beneficiadora das classes menos favorecidas, seja no âmbito da iniciativa privada, seja no âmbito do serviço público, de que as greves, ultimamente havidas, são a demonstração mais eloquente.

A par do justo louvor pela corajosa medida, que fere diretamente os interesses de poderosos grupos econômicos nacionais e estrangeiros, temos um reparo a fazer: o Governo limitou o prazo desse congelamento de preços para apenas dois meses.

Ora, a fome é fenômeno permanente e fustiga o nosso povo dia por dia. A espiral inflacionária está aí, a corroer os ganhos de quem trabalha. Os especuladores estão sempre atentos, para aproveitarem-se dos cochilos oficiais.

Logo, é de supor-se que, pelo prazo de dois meses, poderá haver sonegação dos produtos alimentícios essenciais atingidos pelo ato governamental, porque aos atravessadores, importa unicamente o lucro e não o vigor da raça. O congelamento decretado será inócuo, sem qualquer benefício para o povo,

pois com a sonegação, as mercadorias serão encontradas apenas no mercado negro, onde os preços se tornam ainda mais exorbitantes, mais inacessíveis aos consumidores de baixa renda e o tiro sairá pela culatra.

À vista disso, queremos que o Governo, pelos seus órgãos especializados, como a SUNAB, exerça rigorosa vigilância, para que não falem nas prateleiras, os produtos alimentícios atingidos pelo congelamento de preços, assim como queremos que, em vez de dois curtos meses, o prazo seja indeterminado, prevalecendo ao menos pelo ano inteiro de 79, até que uma política racional seja tomada com o objetivo de minorar os sofrimentos do povo, provocados pela fome.

Em tal sentido, requeiro que, ouvido o Plenário, seja remetido o seguinte telegrama aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Ministro da Agricultura e Ministro-Secretário do Planejamento.

"ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ SE CONGRATULA VOSSÊNCIA PELO CORAJOSO ATO CONGELAMENTO PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ESSENCIAIS PARA POVO VG MAS VG INSPIRADA MAIS SADIO PATRIOTISMO VG ADVERTE PARA POSSIBILIDADE SONEGAÇÃO MERCADORIAS VISADAS COM MOVIMENTAÇÃO MAIS INTENSIVA MERCADO NEGRO VG ASSIM COMO APELA SENTIDO PRAZO CONGELAMENTO VIGORE ATÉ 31 DEZEMBRO A FIM DAR TEMPO GOVERNO ESTABELECEER POLITICA RACIONAL NO SETOR ECONOMIA PARA BENEFICIO PERMANENTE CONSUMIDOR BRASILEIRO MENOS FAVORECIDO PT"

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao último orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assumimos a tribuna desta Casa hoje, com o intuito de levar ao conhecimento dos nossos nobres Pares, fatos que consideramos de relevante importância, e sobretudo, inéditos nos Anais Legislativos do nosso Estado.

Referimo-nos à oportuna reunião da AFRONT — Associação de Câmaras Municipais dos Municípios de Faixas de Fronteiras — levada a efeito no próspero Município de Santa Helena, sábado passado, a qual tivemos a honra de participar na qualidade de parlamentar arenista.

Ficamos, nesta oportunidade, deveras preocupados com a possibilidade da apresentação — pasmem os Srs. — de uma renúncia coletiva dos Srs. Vereadores representantes dos municípios chamados faixas de fronteiras, como protesto pela nomeação de Srs. Prefeitos sem o aval do povo, ou seja, eleições diretas. (Lê):

"Em nosso discurso proferido na reunião da AFRONT — ASSOCIAÇÃO DE CÂMARAS MUNICIPAIS DOS MUNICÍPIOS DE FAIXA DE FRONTEIRA, realizada no último sábado, na cidade de Santa Helena, afirmamos que o ato de renunciar significa recuar, fugir da luta, e um homem não pode jamais deixar de lutar. Estas afirmações vieram de encontro a u'a moção que seria apresentada pelos Vereadores, que ali estiveram para apresentar suas reivindicações, que previam a renúncia coletiva de todos os Vereadores dos municípios de faixa de fronteira; caso não fossem realizadas eleições diretas para Prefeitos nos próximos 120 dias, conforme publicação do Jornal Hoje - Cascavel, número 95, de 7 a 13 de abril de 1979.

Afirmamos ainda, que sendo os vereadores representantes do povo, pois este povo os elegeu com o seu voto democraticamente, não poderiam os mesmos deixar de lutar para devolver a este mesmo povo o direito de escolher os seus Prefeitos. E só unidos poderiam reivindicar em benefício da democracia e da comunidade, mormente agora quando devemos dar um voto de confiança ao Presidente Figueiredo, que tem afirmado reiteradamente, chegando ao ponto de jurar, que fará do País

uma Democracia. Negamos os rumores de que existiam pressões por parte do Governo do Estado e dos políticos da Arena para que a medida não se concretizasse.

Felizmente, o bom senso e a formação política daqueles vereadores, fez com que a moção de renúncia não fosse apresentada.

Fomos mais além, e defendemos a tese que a Democracia não pode ser feita em um só ato, sob a pena de cair-se num enorme erro.

Destacamos ainda, a nossa esperança de que, nas próximas eleições municipais, os municípios da área de segurança nacional já estarão elegendo seus prefeitos através do voto popular.

Afirmar que ali estava representando os Deputados da ARENA da região, com incumbência de ouvir e trazer hoje a esta Casa de Leis, os efeitos positivos e negativos do encontro realizado no Município de Santa Helena, como também para fazer chegar ao conhecimento do Excelentíssimo Senhor Governador Ney Braga e ao Presidente do Partido, Senador Affonso Camargo, as reivindicações dos senhores vereadores.

Reivindicaram, em síntese, a implantação de eleições diretas em todos os municípios, e o fim do decreto que determinou aquela área de segurança nacional, dando aos municípios u'a maior liberdade administrativa.

Como justificativa às suas reivindicações, afirmamos aos Vereadores que, como representantes diretos do povo, é dever de todos a preocupação com a administração do município que representamos, devolvendo ao povo o direito de escolher seus representantes, os quais irão gerir a Coisa Pública.

Estou certo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que conseguirei transmitir, naquele encontro, o pensamento dos meus ilustres Pares, e que o diálogo é o caminho mais certo e objetivo para a solução dos problemas".

E todos nós sabemos, da Arena e do MDB, de que o próprio Presidente do nosso Partido e também o Presidente da Oposição, ambos estão unidos no Congresso Nacional, reivindicando para que caia e se extinga a área de segurança nacional para que todos nós, numa demonstração que estamos iniciando com a democracia brasileira, possamos eleger os nossos representantes em todos os municípios deste País.

Este é um pensamento não só meu, mas de todos que representam a Arena e o povo, e especialmente neste momento que estamos lutando todos para as eleições diretas, o que nós não aceitamos seria que essas eleições fossem decretadas no prazo de 120 dias. Daí, não teríamos condições de prepararmos os homens para concorrer às eleições que estivessem adequados para administrar os seus municípios que há muitos e muitos anos já não têm as eleições diretas.

É necessário todos nós, unidos, começarmos a preparar líderes que irão concorrer em 1980, às eleições municipais em todos os municípios brasileiros e, especialmente neste momento de transformação política, para a democracia plena nos municípios de faixa de segurança nacional.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Encerrada a Hora do Pequeno Expediente.

Dentro do Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A sabedoria de Aristóteles legou à humanidade uma forma de avaliação: um corpo projetando sua sombra, dá a quem a vê, sem entretanto vê-lo, a nítida certeza da forma aproximada desse corpo.

Também da cultura greco-romana, recebemos a figuração de se conhecer o gigante pelo dedo. Sinto profundo orgulho em ter tido como pai a figura de Benedito Lúcio Machado.

Oxalá venha, como Deputado, a ser sempre digno dessa

figura e desse pai. Pretendo ser sombra e dedo, determinantes da exatidão de um homem simples, humilde mas combativo e corajoso, que representou o povo paranaense com o melhor de si, dando no seu caminhar, a mais preciosa oferenda que alguém possa dar no altar da democracia: a sua vida.

A mesma herança cultural que nos aponta o exemplo da sombra e do dedo faz severíssima advertência quando nos conta o parto da montanha. Se porventura eu viesse a ser mais parecido com o camondongo da portentosa montanha do que o dedo e a sombra tão exatos e tão proporcionais, entendo que melhor seria nunca estar ocupando uma cadeira nesta Casa que a presença de meu pai engrandeceu.

Creio, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que começo a trilhar a única vereda de um representante popular que é ter sempre diante de si e sentir sempre nos ombros o peso da responsabilidade de ser guia e ao mesmo tempo instrumento e guiado do povo paranaense.

Esta era a maneira como Benedito Lúcio Machado via o peso de seu mandato.

Por isso, sua humildade poderia parecer a alguém desavisado apenas simplicidade, quando realmente ele desejava ser o intérprete e a voz de um povo simples e humilde, mas humilhado por uma estrutura criada por uma elite voraz e exclusiva, única responsável pela simplificação dos direitos fundamentais do trabalhador brasileiro.

Tudo o mais que se disse, que se diga ou que venha a ser dito sobre o passado político de meu pai, entenderei e entendido deve ser como complemento. O fundamental ele alcançou: engajou sua vida na luta do trabalhador.

Quem assim faz é honesto e humilde, é trabalhador, ama a coisa pública, empalma a causa pública, vive humilde e sereno, luta agitado e convicto, passa a vida fazendo pequenas coisas que como pedras isoladas, somadas entre si e amalgamadas pelo amor ao povo, tornam-se o grande edifício de uma vida diária e que valeu a pena ter vivido. Assim foi meu pai.

Dai porque os 48 anos de sua vida foram tão cheios que me confortam a mim e a meus familiares a perda tão prematura de um homem que viveu tanto.

Esta Assembléia que o teve por quase quatro anos me infunde profundo respeito por todos e por tantos motivos, os mesmos que animam os homens de boa vontade como Vossas Excelências o são, Srs. Deputados.

Tão grande é meu respeito por esta augusta Casa de Leis, tamanha é a responsabilidade de pertencer ao colégio dos representantes populares e por ser tão elevado o respeito que devoto a cada Deputado deste Parlamento, que permanece tanto tempo calado mas ativo, mudo mas ouvinte, sereno mas inquieto internamente, porque tenho consciência do muito que devo aprender como também do tudo que devo dar para ser digno ao título e do nome, da função e do peso de ser representante do povo paranaense, nesta Casa.

Por isso quero ser um homem definido em meu mandato.

Sei tão bem como V. Ex.as o sabem: estou aqui, não por ter tido tempo de construir uma rampa ascendente como cada um dos Srs. Deputados o fez, mas propulsionado pela alavanca de uma tragédia.

Sonhei como tantos jovens sonham chegar a esta Casa, passando pela escola tão necessária da política municipalista para depois, bem depois, chegar a esta Casa. Um acidente do destino escreveu uma página diferente do enredo inicial, modificando todo o roteiro. Sei disso com clareza e esta consciência deverá ser a sentinela de uma responsabilidade que procurarei cumprir, preocupado com a história que a partir de agora passo a escrever na companhia de V. Ex.as na condição de Deputado Estadual.

**O Sr. Erondy Silvério** — V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, na qualidade de Líder da ARENA, nesta Casa e, no instante em que V. Ex.<sup>a</sup> traça, embora rapidamente, de forma comovente, o perfil da figura do seu augusto pai, que tanto enobreceu esta Casa, embora de sua atuação, por diversas e diversas vezes, nós tivéssemos divergido aqui nesta Casa. Mas, o que me impressionava em Benedito Lúcio Machado, era sua sensibilidade pelos humildes, a sua vontade de acertar, a sua imensa garra em corrigir o que lhe parecia errado. E, nessa linha de pensamento e de atuação nós que, muitas vezes atuamos politicamente em campos opostos, tivemos debates, às vezes até acirrados, embora, graças a Deus, esses debates nunca descessem a nível pessoal, mas era fruto do entendimento de dois homens que representam, cada um, uma parcela do povo do Paraná.

Neste instante, eu quero dar a V. Ex.<sup>a</sup> este testemunho que, V. Ex.<sup>a</sup>, como filho, não precisava ouvir mas, talvez, lhe conforte o coração, em saber que nós, Deputados da Legislatura passada, dedicamos a seu pai um imenso preito de saudade pela sua figura sempre correta, sempre bem postada na discussão de diversos problemas que afligem a gente brasileira e que tanto o afligiam. Então, nós queremos dar este testemunho e fazer votos para que V. Ex.<sup>a</sup>, jovem como é, talentoso, cheio de esperanças, veio a esta Casa com espírito novo, que V. Ex.<sup>a</sup> siga, realmente, a trajetória e os passos do vosso honrado pai.

Agradeço o aparte.

**O Sr. Florivaldo Palácios** — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte? (Assentimento).

Nós, que como V. Ex.<sup>a</sup> representamos a região do Norte Pioneiro, e já por algum tempo participamos da política daquela região, existem passagens em que V. Ex.<sup>a</sup> mesmo poderá testemunhar ou já testemunhou mesmo; quando se refere ao seu saudoso pai, muito embora tivéssemos sido adversários, sempre fomos amigos incondicionais afora aos problemas de ordem política. E em preito de homenagem, ao conhecer a sua forma de talhar pelas coisas, seu espírito trabalhador, desejo apenas ratificar as palavras de V. Ex.<sup>a</sup> e que V. Ex.<sup>a</sup> não faz favor nenhum e V. Ex.<sup>a</sup> não exagerou em nenhum ponto ao enaltecer a figura de tão ilustre Deputado, que o destino nos privou de ter a sua companhia, nesta Legislatura.

E quero, neste instante, também, desejar a V. Ex.<sup>a</sup> que tenha nesta Casa uma brilhante carreira e que seja também aquele Deputado sempre disposto a batalhar, trazendo causas que realmente enobreçam esta Casa e que sempre nos levem a alguma coisa para que não percamos tempo; em nome desse povo que nos elegeu não percamos tempo em discutir coisas a que nada nos levem.

Faço um adendo às palavras de nosso Líder, os nossos votos de uma perfeita gestão nesta Casa.

**O SR. TADEU LÚCIO MACHADO** — Eu agradeço o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O Sr. Gabriel Manoel** — V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, nós como conhecedores do espírito público de Benedito Lúcio Machado, muitas vezes tivemos aqui, nesta Casa, ricas concernentes à política regional. Mas queremos dizer a V. Ex.<sup>a</sup> e peço a Deus que V. Ex.<sup>a</sup> siga os passos do saudoso Benedito Lúcio Machado, nosso companheiro, nosso amigo, de quem muitas vezes divergimos e discordamos. Ele com seu ponto de vista, e nós com o nosso. Talvez ele tenha errado, talvez o erro tenha sido nosso. Mas nunca deixamos de admirá-lo, nunca deixamos de reconhecer no saudoso Benedito Lúcio Machado o homem que lutou por sua terra, por suas leis e por sua gente.

E ao ver V. Ex.<sup>a</sup> ser indicado para substituí-lo, peço a Deus que possa substituí-lo à altura e temos certeza que V. Ex.<sup>a</sup> o fará, nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado.

Tivemos a honra de, numa singela homenagem, enviar um requerimento a V. Ex.<sup>a</sup>, dirigido ao então Governador Canet,

que fosse dado o nome de Rodovia Benedito Lúcio Machado, à rodovia de Santo Antônio da Platina ao Distrito de Platina, para honra nossa, que sempre soubemos dar valor aos homens de valor como foi o Dito Lúcio, nosso companheiro de P.T.B., que também serviu ao Getúlio, que também serviu ao João Goulart, como nós servimos, mas nunca deixou de servir, principalmente o seu povo.

V. Ex.<sup>a</sup> receba os nossos parabéns e a homenagem de um homem humilde, de um homem que hoje está atuando na ARENA, um homem humilde, mas que também sabe reconhecer o valor dos gigantes que desbravaram uma região ao guiar o seu povo com a esperança de muitos dias melhores, principalmente para os humildes.

Quero me parabenizar com V. Ex.<sup>a</sup> e quero fazer minhas as palavras do meu Líder e do ilustre Líder da região, Deputado Palácios. Os nossos agradecimentos e queremos dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que continue nesta trajetória, seguindo os passos do seu honrado pai. Que o bom filho segue os passos do pai.

Está de parabéns V. Ex.<sup>a</sup> quando elogia um homem combativo e dinâmico como foi Lúcio Machado.

Muito obrigado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Continuando Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Quero ser um instrumento do povo não uma formulação abstrata de tantos, mas no servir aos anseios e aos interesses dos trabalhadores. Esse é o meu compromisso e é assim, entendo democracia, sem adjetivos, sem apelativos, sem enfeites, sem remendos e sem relativismo, arrepio ao aristocrata, elitista soberbo, concentracionista e ditatorial. A idéia democrática de que este País pertence a cada um de seus 120 milhões de habitantes, e não a um conjunto pequeno de privilegiados, que dizendo servir ao País, no entanto, dele se serve para saciar seus interesses individualistas, a troco mesmo da soberania nacional.

A mim me conforta e me anima, a certeza de que está chegando o dia e a hora, em que a democracia política, será uma verdadeira conquista do trabalhador.

Cada cabeça um voto, com a participação de todos os segmentos sociais, aí soará a vez da democracia social.

Como será feliz um povo que puder cantar para os seus filhos, junto com suas famílias, dentro dos seus sindicatos, nos campos universitários, nos carreadores rurais, nas arquibancadas dos estádios e em toda a hora, em todo momento, o Hino vibrante, alegre e operoso de uma democracia onde o direito inalienável da criatura humana seja a grande lei de uma comunidade.

Que esta grande Lei elaborada pelo consenso de todos, na concordância de muitos e na aceitação geral, seja a regra suprema sintetizada na bandeira da Assembléia Nacional Constituinte.

O seu pressuposto inicial, é a anistia ampla, geral e irrestrita, única mão verdadeiramente estendida para a reconciliação nacional.

Assim entendendo, e a partir daí, poderemos começar a construir o edifício da democracia.

Abomino pois, todo o arbítrio, toda a exceção, toda a violência, contra o direito dos trabalhadores.

Por isso, o humano há de sobrepujar o político, o social e o econômico. O homem mais que objeto, há de ser o sujeito de todo desenvolvimento, o autor, antes de ser apenas personagem da História. Esta é a minha crença e será a razão do meu lutar".

Tem o aparte o Deputado Antônio Facci.

O Sr. Antônio Facci — Nobre Deputado, Tadeu Machado, é com muito orgulho que nós do MDB o vemos nesta tribuna hoje.

Principalmente, porque conhecemos o seu pai, o saudoso Lúcio Machado. Dele fomos amigos incondicionais, nesta Casa, o meu gabinete ou o dele, e às vezes, o gabinete do Deputado Edilson Alencar, era o local de reunião diária de nós três, que

convivíamos diariamente a bater papo, a discutir os problemas do Paraná, a falar muitas vezes dos problemas surgidos na própria Casa.

Nós víamos com satisfação a sua ida na tribuna, porque sabíamos perfeitamente, que árvore boa dá bons frutos, e a prova está aí, a grandiosidade da atuação política em todos os níveis, desde Vereador, Prefeito em Santo Antônio da Platina, até Deputado Estadual, Lúcio Machado sempre, realmente, teve um compromisso com a liberdade, com a democracia, com a justiça social.

Quantas vezes emocionado desta tribuna, nós o vimos vir até às lágrimas. E esperávamos da sua presença nesta Casa, o que estamos vendo. Mas veja bem, Deputado Tadeu Machado, muitos cobraram até a presença, a sua presença na tribuna, como a dizer que estava calado. No entanto, para nós, isso foi uma prova de maturidade que aí sim, nós não esperávamos, de um jovem com um pouco mais de vinte anos, que soube pacientemente esperar os primeiros trinta, quarenta dias nesta Casa, para ver seu andamento, para depois, sem afoitismo, ir para a tribuna e fazer o seu credo. Um credo que é o nosso credo. Um credo pelo qual nós rezamos, uma esperança que todo este País está a alimentar, a sua presença, a presença de um jovem acadêmico, aqui entre nós, fará com que quantas vezes esta juventude que às vezes, se distancia do político e não confia nele, possa ver e verá, tenho certeza, em sua figura de jovem de apenas vinte e poucos anos, como eu disse, aí representando este jovem, além de representar os trabalhadores brasileiros.

A sua passagem por esta Casa, nós sabemos, e agora com maior certeza, irá dignificar e muito, a passagem e a presença que lhe é eterna, seu querido pai.

Muito obrigado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Muito obrigado, nobre Deputado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sou jovem. Quem sabe demasiadamente moço para ser colega de V. Ex.<sup>as</sup> e participante do Colégio Legislativo Paranaense. Deus me ilumine para acertar o mais que puder. V. Ex.<sup>as</sup> me ajudem, para que erre menos. A memória de meu pai me lembre o contrato que assinei com o povo. Os trabalhadores me inspirem, na sua luta, para que eu seja seu aliado e companheiro; os estudantes me simbolizem a preparação de um futuro melhor que o presente onde todos pugnamos; o MDB seja o meu guia nesta luta.

Este é o meu propósito, oxalá cumprido seja integralmente. Venho de uma terra onde palavra empenhada é o mais sério documento e a única certeza.

Quantas e quantas vezes vejo-me acordado do sonho de estar na minha região. Pode parecer cabotinismo, mas quem se lembra da sua própria terra, me dá razão.

Quanto e quantos sonhos sonhou o velho pioneiro que veio de outra parte do Brasil para desbravar o Norte do Paraná. Não temeu mata virgem, não lhe fez medo o desconforto, não desanimou diante de geada, não esmoreceu quando o excesso de chuvas enterrou sua plantação, sofreu mas continuou quando a falta de água lhe negou a planta. O pioneiro do Paraná foi um forte, semeador de cafezais, mas plantador de cidades.

O pioneiro do Paraná foi um patriota, escolhendo o desconforto de ontem para conseguir o nosso bem-estar de hoje.

Peço, Sr. Presidente, a sua licença para homenagear o pioneiro do Paraná.

Peço, Srs. Deputados, a sua homenagem para o responsável da nossa grandeza que é o pioneiro do Paraná.

Quanto sangue, quanto suor, quantas lágrimas, quanta dor, quanta vida, quanta morte, quanta coisa boa o pioneiro do Paraná entregou a esta terra.

O pioneiro não foi vencido por força nenhuma e construiu um modelo de Reforma Agrária no Paraná, hoje tão necessária nesse Brasil que fixou o homem à terra e, abaste-

cendo as mesas dos brasileiros, recebeu o nome de Celeiro Nacional.

Quinze anos de autocracia vigente, em um regime de exceção e de arbítrio, conseguiram transformar o sonho do pioneiro do Paraná em pesadelo.

Os campos se esvaziam, os trabalhadores rurais vão engordar o anel de miséria periférica das cidades pequenas, das cidades médias e das metrópoles regionais; o humor negro dos tecnocratas, imbecilizados pela ganância da mordomia injustificada, no "status" irreal e do número frio e impessoal, acabou apelidando o nosso trabalhador, rural de operação, urbano de habitação, sofredor de destino, humilhado de necessidade, massacrado de uma estrutura injusta e ultrapassada, esse humor negro apelidou-o de "bóia-fria".

São 800 mil no Paraná, 40 mil na minha região, quase cinco mil na minha cidade. Em 1892, quando chegaram os primeiros pioneiros no Paraná, eles sonhavam com progresso e bem-estar, com Deus e a felicidade, com trabalho e rendimento.

E hoje, Srs. Deputados, o sonho transformou-se em pesadelo, o trabalhador rural em "bóia-fria".

O Sr. Edilson Alencar — V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Com muito prazer, nobre Deputado.

O Sr. Edilson Alencar — É para este Parlamentar, honroso poder apartear-lo, no instante em que V. Ex.<sup>a</sup>, com direito, revive a atuação brilhante, corajosa, destemida, de vosso pai, Benedito Lúcio Machado, pois ele, nesta Casa, soube nos quase quatro anos que por aqui passou, dignificar esta Casa e honrar o valeroso povo de Santo Antônio da Platina e da região que aqui tão bem representou.

V. Ex.<sup>a</sup>, com brilhantismo com que ocupa hoje a tribuna, faz-nos crer e acredito que empalmará a luta contra o arbítrio, contra a violência e contra a prepotência, que tanto Benedito Lúcio Machado aqui combateu.

Se posicionará V. Ex.<sup>a</sup> em defesa dos trabalhadores, principalmente dos "boiás-frias", há pouco referidos por V. Ex.<sup>a</sup>. "Bóias-Frias" marginalizados; sem casa, sem emprego, sem Instituto Previdenciário que os ampare, na hora mais difícil da doença.

Por estes e por tantos motivos pelos quais V. Ex.<sup>a</sup> hoje comparece a esta Casa, parabênizo V. Ex.<sup>a</sup>, rogando a Deus que o proteja e que vossa permanência nesta Casa seja a continuidade dos atos e das ações de vosso saudoso pai.

Muito obrigado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Muito obrigado, nobre Deputado Edilson Alencar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados "O pequeno Proprietário tornou-se deserdado, e o pequeno agricultor, independe de uma tecnologia multinacional que valoriza a máquina e a manufatura, numa razão geométrica enquanto o produto agrícola não chega à progressão aritmética.

Depende o nosso agricultor da ganância imperialista e multinacional, no suporte técnico de sua lavoura e do suporte econômico de um mercado externo, cujo poder decisório jamais teve nossa participação.

O Sr. Lineu Turra — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte? (Assentimento).

Meu prezado companheiro, Deputado Tadeu, realmente V. Ex.<sup>a</sup> não nos surpreende com o brilhante pronunciamento que traz, porque tal pai, qual filho. O pai de V. Ex.<sup>a</sup> era um tribuno admirável; nos seus pronunciamentos nesta Casa, que nos deixou saudades, ele falou sobre diversos assuntos; defendia o homem do campo e defendia o trabalhador industrial; defendia o funcionário público, a professora, enfim, todas as classes sociais, principalmente a classe mais judiada deste País, a classe que estava e como está hoje, marginalizada do processo de desenvolvimento; oprimida.

O meu amigo, o saudoso Benedito Lúcio Machado, com quem tive a satisfação de conviver diariamente nesta Assembléia, não só no Plenário mas no seu gabinete, até nas confidências, até nos assuntos particulares da sua vida, tive a honra de ser o seu amigo. E, eu vejo com muita satisfação, Deputado Tadeu, V. Ex.<sup>a</sup> aqui encarnando aquele nosso companheiro que deixou saudades nesta Casa e deixou um eco brilhante e consistente na defesa da sociedade brasileira, na defesa também dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Quero cumprimentá-lo e dizer que a minha satisfação é muito grande em poder inserir minhas palavras, modestamente, no pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>.

Muito obrigado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Agradeço muito o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>.

Srs. Deputados, sou filho desta terra; terceira geração dos pioneiros do meu Paraná; e somente serei um Deputado digno dos sonhos que eles sonharam, e dos anseios que eles ansiaram, na exata proporção em que possa fazer dos seus sonhos de independência, a minha luta. Em que possa fazer de seus anseios de bem-estar o sentido do meu mandato; em que possa fazer do seu amor pela terra, a minha adesão à mesma terra; e que possa fazer do seu desejo de liberdade, de igualdade e de fraternidade, e principalmente de Justiça, a razão primeira e última, do meu mandato. Aí então, serei um homem a caminho da realização, acreditando na terra; crendo na Democracia, tendo fé na Justiça Social, mas lutando sempre e constantemente, pela concretização dos sonhos e dos direitos de todos aqueles que trabalham.

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte? (Assentimento).

Eminente Deputado Tadeu Lúcio Machado.

Não interprete V. Ex.<sup>a</sup> o meu aparte como uma formal manifestação da Liderança que se sente muito feliz em poder apreciar a conduta valorosa de V. Ex.<sup>a</sup> nesta Casa, e, hoje, neste plenário. Não!

Receba o meu aparte pela expressão valorosa e consciente deste trecho do pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>, dito agora mesmo, que possa fazer o "desejo de liberdade, de igualdade e de fraternidade da gente do Paraná, a causa primeira e a razão última de seu mandato".

Vejo nessa síntese, eminente Deputado, o anseio quase que geral desta Casa, e V. Ex.<sup>a</sup> tão jovem, serve como verdadeira ponte para aqui materializar neste Plenário o desejo comum da Casa. V. Ex.<sup>a</sup> que entra hoje na Casa, junto com Deputados que há anos pelejam pelas melhores condições de vida do povo brasileiro, traz, nesta frase, a síntese da luta de todos aqueles que passaram por aqui.

E quero, para encerrar esse mandato, recordar uma expressão que para mim tem grande significado na vida de todo homem, porque todo homem busca a realização pessoal e, muito embora, às vezes, essa realização o homem não tenha consciência dela, mas só o tempo é que serve para mostrar que aquele homem se realizou. Refiro-me ao vosso pai.

Diz um pensamento de que o homem só se realiza quando planta uma árvore, escreve um livro e tem um filho.

Sei que Dito Lúcio escreveu muitos livros; talvez não na forma formal de publicar edital, e editar; mas, os discursos que proferiu desta tribuna foram livros escritos; os benefícios que ele praticou à sua gente, foram árvores que ele plantou; e, o filho, está encarnado em V. Ex.<sup>a</sup>. Se antes era filho, hoje é um homem que honra e honraria qualquer pai.

Porisso, receba os meus cumprimentos, porque a conduta de V. Ex.<sup>a</sup>, acima de tudo, nesta Casa, serve para consagrar a figura heróica, brava e digna do vosso pai.

Muito obrigado por me permitir inserir no discurso de V. Ex.<sup>a</sup> este testemunho pessoal.

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Muito obrigado nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Mário Celso — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Com o aparte o Deputado Mário Celso.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre orador que lamenta, mas V. Ex.<sup>a</sup> tem um minuto para conclusão do seu pronunciamento. Entretanto, dentro do horário reservado ao MDB consultaria à Liderança...

O SR. NILSO SGUAREZI — ... com grata satisfação, transiro o horário.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Já estou encerrando, Sr. Presidente.

Sr. Presidente e Srs. Deputados. A causa do trabalhador é a lei suprema da democracia, do MDB e deste Deputado. Assim quero, porque Deus o quer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a Liderança do MDB se deseja fazer uso do seu horário. — (Declina).

No horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao Sr. Deputado Palácios.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"A economia do Paraná caminha vigorosamente para a industrialização. Egressamos da fase agrária, primária para a de indústria e de, modo especial, agro-indústria.

É tese pacífica que é necessário descentralizar os polos industriais, especialmente quando se trata da agro-indústria, possibilitando desta forma o aproveitamento da matéria local e em especial a mão-de-obra regional. Isto evitará a evasão para as zonas periféricas das metrópoles dos habitantes da zona rural, peculiarmente quando a nossa agricultura se mecaniza e diminui a procura do braço humano para o trabalho campestre.

Por outro lado, represento uma região — o Norte Pioneiro — que desde a implantação do café em nosso Estado, vinculou-se ao Estado de São Paulo. Esta região ainda precisa integrar-se tanto no campo social quanto nesta nova fase em que o Paraná ingressa.

Já frizei que o Norte Pioneiro, embora seja beneficiado de maneira generosa, ainda por motivos de tradição, sente-se vinculada ao Estado vizinho. Ela levará bastante tempo para que se processe a integração social.

Julgo que um destes passos para que se concretize é indispensável tomar algumas medidas, como é levar indústrias para o Norte Pioneiro. Entretanto, a implantação de agro-indústrias postula uma infra-estrutura em condições de propiciar este progresso.

Trago, hoje, um tema que atinge aproximadamente 1.000.000 de habitantes e abrange uma área de 30 municípios desta região. Refiro-me à CHEP - Companhia Hidrelétrica Paranapanema. Esta Companhia paulista, pois lá fica localizada, faz-nos a meu ver, injustamente de São Paulo.

Justifico a minha afirmação, com os seguintes argumentos:

1.º) — O total de energia distribuída pela Companhia Paranapanema é de 125.000.000 Kw/ano, segundo dados em 1978;

2.º) — A produção própria da Companhia é apenas de 300.000, o que representa apenas, 0,2% do total vendido aos consumidores;

3.º) — A CHEP compra, portanto, 99,8% do total que distribui, adquirindo a energia de várias companhias, sendo que 83% do total é fornecido pela Copel;

4.º) — Além destes argumentos de ordem que poderia ser considerada mais técnica, há muitos outros argumentos; como um mau atendimento, pouco interesse em melhorar os serviços, renovar as linhas que se encontram em mau estado de conservação. Só estes fatos mostram que existe um problema sério nos serviços e no atendimento que a Companhia Hidrelétrica Para-

panapanema vem tendo na Região Pioneira do Estado.

Em vista destes fatos venho propor uma medida concreta para que a nossa região possa progredir, possa ter uma infra-estrutura adequada e acompanhar o Paraná na instalação de parques industriais. Esta medida é a encampação da rede e dos serviços da CHEP, localizados nos municípios do Norte Pioneiro.

Além de uma perspectiva de crescimento, em torno de 8% ao ano, que se espera, com uma melhoria de serviços, os lucros não seriam paulistas, mas permaneceriam no Paraná. Por outro lado, com os atuais serviços da Paranapanema não temos nenhuma perspectiva de instalação de indústrias e agro-indústrias, por falta de uma energia abundante e bons serviços.

É com o propósito que esta Casa aprove um apelo ao Governo do Estado, para que faça estudos, levantamentos e gestione para encampar esta Companhia, na parte pertencente aos serviços e instalações existentes em nosso território, que faço o seguinte requerimento:

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com respaldo no Regimento Interno e com apoio do Plenário, REQUER seja enviado um veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para que sejam procedidos estudos, visando a encampação da Companhia Hidrelétrica Paranapanema - CHEP — que atende cerca de 30 municípios do Paraná. Os motivos deste apelo acham-se no pronunciamento, feito da tribuna, os quais solicito, sejam apensos ao presente.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1979.

(a) Palácios"

— Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, no horário reservado à Liderança da ARENA, ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A exemplo de outro Deputado, nós, sábado passado estivemos também na cidade de Santa Helena onde, nesse encontro de agricultores promovido pela Federação de Trabalhadores da Agricultura, Comissão de Justiça e Paz, e a Pastoral da Terra, reuniram-se, apesar do mau tempo, aproximadamente 2.000 lavradores.

Não vamos entrar em detalhes sobre o que foi a reunião, porque traremos a esta Casa, o documento que foi aprovado naquela reunião.

O que nós gostaríamos hoje, nestes pouquíssimos minutos que nos são disponíveis, era, alertar, o que aliás já tive a oportunidade de dizer aqui, por duas ou três vezes, alertar sobre o que ocorre no vizinho País, o Paraguai.

O que mais nos chocou naquela reunião de Santa Helena, foram pronunciamentos de alguns lavradores que de lá vieram, que atualmente residem no Paraguai, e que vieram, aproveitando aquela reunião, para denunciar algumas irregularidades tais como: assassinatos de brasileiros inclusive sem nenhuma condenação por parte das autoridades paraguaias; a exploração com os próprios produtos que os brasileiros colhem naquele País.

Hoje há uma controvérsia muito grande, pois há pessoas que vão ao Paraguai e que alegam existirem naquela País, 500, 600.000 brasileiros. Certa vez, o próprio Ministério do Interior, o Ministro anterior a este que aí está, inclusive tentando fazer frente a um pronunciamento deste Deputado, disse que, no Paraguai existiam apenas 300.000 brasileiros.

O que nós gostaríamos, inclusive tentamos já algumas vezes orientação jurídica para vermos se esta Casa poderia criar uma Comissão de Parlamentares para visitar o vizinho País do Paraguai, mas lamentavelmente, parece que sob o aspecto jurídico isto não seria possível, somente o seria, através do Itamaraty.

Outro ponto sobre a permanência desses mesmos brasilei-

ros no Paraguai: é que, conversando com autoridades no setor de produção de soja no Brasil, sabe-se que, com a expansão da soja, no vizinho País, calcula-se que teremos, dentro, aproximadamente, de dois anos, uma produção, naquele País, de dois milhões de toneladas de soja. Hoje, a soja está custando no mercado internacional, duzentos e poucos dólares por tonelada; daqui há dois anos, vamos supor que esteja a duzentos e cinquenta dólares a tonelada, e, vamos multiplicar: aí, por dois milhões de toneladas, e, o incrível de tudo isto, é que essa soja do Paraguai é exportada por porto brasileiro, através do porto de Paranaguá que é o porto livre do vizinho País paraguaio, usando 700, 800 km de estrada asfaltada, construída exclusivamente com recursos brasileiros. Então, além de toda essa problemática, dessa insegurança de brasileiros que vivem no Paraguai, aliás, o preço da soja atualmente está em torno de duzentos e quarenta e oito dólares e quarenta e um centavos, e que...

O Sr. Tércio Albuquerque — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado.

O Sr. Tércio Albuquerque — O nobre orador que encontra-se na tribuna, está entrando em problemas internos de outra nação e não nos cabe analisar o problema político do Governo paraguaio. O que nos cabe é analisar o problema político brasileiro e nunca de outra Nação.

O SR. LÁZARO DUMONT — Acredito que não estou analisando problema político de outra Nação, Senhor Presidente.

O que nós estamos pedindo hoje, é de que realmente esses brasileiros que estão hoje no Paraguai, contribuindo para o progresso daquele País, levando riquezas brasileiras, que é o povo brasileiro no Paraguai, levando em "know-how" brasileiro, totalmente gratuito ao País do Paraguai, fazendo com que o nosso Porto e as nossas estradas sejam cedidas gratuitamente àquele País. E nós acreditamos que, como bons brasileiros que nós somos, e o Deputado Tércio, acredito, também por ser brasileiro, estamos defendendo o povo brasileiro que está lá.

Agora, as denúncias foram feitas, as denúncias não são mínhas, nós temos essas denúncias gravadas, em fitas por brasileiros que vieram e disseram dessas denúncias, inclusive em praça pública em Santa Helena, sábado próximo passado. Nós estamos apenas defendendo esses brasileiros que lá estão e outra, alertando para o Governo brasileiro dos prejuízos que este mesmo país, usando toda a nossa mão-de-obra, toda a nossa capacidade de produção hoje, vai daqui a dois ou três anos, concorrer com o próprio Brasil. É isso o que nós estamos alertando.

O Sr. Gernote Kirinus — Permite-me um aparte, nobre Deputado? (Assentimento).

Nobre Deputado Lázaro Dumont, realmente acompanhei com muita atenção e com muito interesse, porque realmente é uma das grandes preocupações nossas e deveria ser também a preocupação do Governo brasileiro, já que existe um convênio para construir uma Binacional Itaipu, e existe entendimento entre países vizinhos; eu lamento e estranho de que não existe um convênio que dê realmente legitimidade ao brasileiro lá no Paraguai.

Que dê realmente cobertura e proteção, assim como já existia nos idos tempos de 1824, quando vieram os primeiros imigrantes alemães, um convênio entre o Governo brasileiro e o Governo alemão, que dava garantias legais a que esses alemães, italianos e todos os outros imigrantes tivessem aqui assegurados esses direitos, — o que não existe com o Brasil e o Paraguai.

Por isso é uma preocupação nossa, brasileira, com os brasileiros de lá. Não acredito que seja uma intervenção numa questão internacional que não nos compete. Compete sim senhor e por isso agradeço inclusive a esse seu pronunciamento e me alio a ele.

O SR. LÁZARO DUMONT — Senhor Presidente, para encerrar.

A estimativa do Paraguai, de produção de soja neste ano é de 700 mil toneladas e realmente produzida quase toda por brasileiros que lá estão e quero deixar bem firme aqui nós, de maneira nenhuma, estamos interferindo no problema político do Paraguai, porque, realmene, não nos compete.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando o envio de cópias de depoimentos prestados por cidadãos de Salgado Filho sobre arbitrariedades policiais praticadas naquela localidade, à Comissão de Polícia da Assembléia Legislativa e à Liderança da Aliança Renovadora Nacional, para que determinem as providências que o caso requer. — **Ao Departamento Legislativo, para os devidos fins.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, eu gostaria de consultar à Mesa, sobre procedimento que V. Ex.ª há de adotar com relação ao requerimento do nobre Deputado, Deni Schwartz.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa já deu o despacho. — Ao Departamento Legislativo para os devidos fins.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço, Sr. Presidente e quero declarar que, como se trata de município que este Deputado faz política, também eu não concordo com uma irregularidade, porventura, havida nesse município. Tenho conhecimento de que houve interferência do Sr. Prefeito Municipal, Luiz Arizi, no sentido de coibir qualquer abuso de um policial mal informado ou mal formado e, também, posso informar à Casa, graças a informações recebidas do próprio Deputado Deni Schwartz, que o assunto já se encontra na esfera do Poder Judiciário, o que comprova a lisura do procedimento dos homens da Aliança Renovadora Nacional, no episódio e no comportamento adotado no Município de Salgado Filho.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Registramos com satisfação, a presença neste Plenário, do Deputado Federal Álvaro Dias, bem como, a presença do Sr. José Bolívar Bretas, Presidente da ARENA de Assis Chateaubriand.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 108/78, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS CRISTÃOS", com sede e foro na cidade de Irati. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE LEI N.º 108/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS CRISTÃOS", com sede e foro na cidade de Irati.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de abril de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 135/78, que declara de utilidade pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE CIANORTE - S.O.S., com sede e foro na cidade de Cianorte. —

Aprovado.

**REDAÇÃO FINAL**  
**DO PROJETO DE LEI N.º 135/78**  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE CIANORTE - S.O.S., com sede e foro na cidade de Cianorte.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de abril de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 139/79, que declara de utilidade pública o SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BOM PASTOR, com sede e foro na cidade de Paranaguá. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**  
**DO PROJETO DE LEI N.º 139/78**  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BOM PASTOR, com sede e foro na cidade de Paranaguá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de abril de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 140/78, que declara de utilidade pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE PITANGA - S.O.S., com sede e foro na cidade de Pitanga. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**  
**DO PROJETO DE LEI N.º 140/78**  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE PITANGA - S.O.S., com sede e foro na cidade de Pitanga.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 12/79, que objetiva estabelecer nova sistemática para o GRUPO OCUPACIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, Código TC-1.500, fixando novos vencimentos aos cargos integrantes das várias carreiras que compõem o referido Grupo Ocupacional. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 20/79, que objetiva a criação de seis (06) cargos de DESEMBARGADOR NO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 21/79, que dispõe sobre a extinção das GRATIFICAÇÕES "PRO LABORE" atribuídas aos Membros do CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA, DAS COMISSÕES PERMANENTES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO TRIBUNAL DE ALÇADA e de DIRETORES DO FORUM, previstas na Legislação específica, e dá outras providências. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 159/78, de autoria do

Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que declara de utilidade pública a "Sociedade São José do Rio Verde Acima", com sede e foro na cidade de Araucária. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 167/78, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Palotina - A.P.M.I., com sede e foro na cidade de Palotina, Estado do Paraná. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 169/78, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI — que declara de utilidade pública a "GUARDA-MIRIM DE FOZ DO IGUAÇU", com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 179/78, de autoria do ex-Deputado MAURÍCIO FRUET, que declara de utilidade pública a "Sociedade Espírita Ir. Clóvis Junqueira", com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 194/78, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a Associação Presbiteriana Beneficente de Guarapuava, com sede na referida cidade. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 04/79, de autoria dos Senhores Deputados ERONDY SILVÉRIO e NILSO SGUAREZI, que dá nova redação ao parágrafo único, do artigo 39 do Regimento Interno. Parecer favorável da C.C.J., na forma do Substitutivo Geral, por unanimidade. — **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI N.º 04/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A :**

Art. 1.º — O parágrafo único, do Regimento Interno, modificado pela Resolução n.º 49/76, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único — As Comissões Permanentes compõem-se de 7 (sete) membros cada uma, salvo a Executiva que será constituída pela Mesa e a de Constituição e Justiça que terá 13 (treze) membros".

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

**JUSTIFICATIVA:**

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou na legislatura anterior um notável trabalho, na análise de elevado número de proposições. Seus membros freqüentemente foram convocados a emitir pareceres simultâneos para evitar o acúmulo de processos.

Com o aumento do número de Deputados nesta legislatura e a expressão dos órgãos públicos, certamente haverá acréscimo considerável no volume de proposições a sofrerem o estudo abalizado dos membros da referida comissão.

Assim, para a dinamização das atividades parlamentares desenvolvidas no seu âmbito — o que é conveniente para o bom desempenho deste Poder — propomos o presente projeto de resolução.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Parecer ao Projeto de Resolução n.º 04/79

O presente Projeto de Resolução n.º 04/79, de autoria dos nobres Deputados Erondy Silvério e Nilso Sguarezi tem por fi-

nalidade dar nova redação ao parágrafo único, do art. 39, do Regimento Interno, modificado pela Resolução n.º 49/76, de 18 de junho de 1976.

Regimental e constitucionalmente, a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que a matéria está em condições de ser aprovada. Quanto ao mérito, temos que em fase do número dos Deputados é de conveniência que uma das mais importantes comissões técnicas desta Casa, tenha, também, o número dos seus membros aumentado.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, na forma do Substitutivo Geral que apresentamos.

Sala das Comissões, em 28 de março de 1979.

(a) GILBERTO CARVALHO, Presidente e Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 04/79

Art. 1.º — O parágrafo único, do art. 39, do Regimento Interno, modificado pela Resolução n.º 49/76, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 39 .....

Parágrafo único — As Comissões Permanentes compõem-se de 7 (sete) membros cada uma, salvo a Executiva que será constituída pela Mesa e a de Constituição e Justiça que terá 13 (treze) membros.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de março de 1979

(a) GILBERTO CARVALHO, Presidente e Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 83/78, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que cria no Município de Faxinal, os Distritos Administrativos de Vila Diniz, São Domingos, Cruzmaltina e Altamira, com divisas e sedes que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 83/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Ficam criados, no Município de Faxinal, os Distritos Administrativos de: Vila Diniz, São Domingos, Cruzmaltina e Altamira, com as seguintes divisas:

I - **Distrito de Vila Diniz : Ao Norte:** Confronta com o Município de Borrazópolis, divisando pelo Córrego Lageadão (água acima), medindo em linha reta da Barra do Rio Ivaí até a linha dos lotes n.º 104 - n.º 102, 9.400,00m. A numeração dos lotes são: n.ºs: 524 - 525 - 552 - 529 - 539 - 538 - 537 - 533 - 534 - 535.

**Ao Nordeste:** Confronta com os Distritos de São Domingos e Primavera, e com os lotes de n.ºs: 102 - 99 - 100, - 101 e 593, do lado da Vila Diniz com os lotes n.ºs: 104 - 535 e 594 - divisando por três linhas retas com as distâncias de 1.900,00m, 1.500,00m e 2.000,00m; daí confronta com o lote n.º 593 dos Distritos de São Domingos e Primavera, com o lote n.º 596 do lote do Distrito de Vila Diniz, divisando pelo Rio Azul medindo em linha reta 0,990m; daí confronta com os lotes n.ºs: 860 - 14 - 13 - 12 e 10, pertencentes aos Distritos de São Domingos e Primavera. Do lado do Distrito de Vila Diniz, confronta com os lotes n.ºs: 596 - 598 - 608 e 11, divisando por 6 (seis) linhas retas com as distâncias seguintes: 400,00m - 2.150,00m - 1.400,00m - 4.600,00m - 650,00m - 300,00m. Assim chegamos ao Rio do Peixe.

**Ao Sul:** Confronta com o Município de Grandes Rios divisando pelo Rio do Peixe, medindo em linha reta até a Barra do Rio Ivaí medindo 8.550,00m.

**Ao Sudoeste:** Confronta com o Município de

Jardim Alegre, divisando pelo Rio Ivaí, medindo em linha reta até a Barra do Córrego Lageadão Ponto -- PP - 9.750,00m.

Assim fechando o poligonal deste perímetro do Distrito da Vila Diniz com uma distância de 43.400,00m.

II - **Distrito de São Domingos : Ao Sudoeste:** — Inicia-se em um marco de cerne PP cravado no ponto comum do lote n.ºs: 102 e 104 às margens do Córrego Lageadão (lado esquerdo); daí confronta com o Distrito de Vila Diniz com os lotes n.ºs: 104 - 535 - 594 - 598 608 e 11, do lado do Distrito de São Domingos, com os lotes n.ºs: 102 - 99 - 100 - 101 - 593 - 860 - 14 - 13 - 12 e 10; divisando: 1) por três linhas retas com as distâncias de 1.900,00m, 1.500,00m e 2.000,00m; 2) pelo Rio Azul, medindo em linha reta 900,00m; 3) daí por 6 (seis) linhas retas com as distâncias mais ou menos 400,00m, 2.150,00m, 1.300,00m, 4600,00m, 650,00m e 300,00m.

A distância total da divisa com a Vila Diniz é 15.700m.

Daí confronta com o Município de Grandes Rios, divisando pelo Rio do Peixe (água acima); até o marco de cerne cravado na divisa dos lotes n.ºs: 644 e 645, no ponto comum do Rio do Peixe, medindo em linha reta, 6.500,00m.

Os lotes do Distrito enconstado com o Rio do Peixe são: n.ºs: 10 - 9 - 115 - 116 - 851 - 645 e 646.

**Ao Sudeste:** daí confronta com o Município de Faxinal, divisando por duas linhas retas com as distâncias 4.500,00m e 1.700,00m, divisando pelo Rio São Pedro, medindo em linha reta 1.115,00m, com os lotes do Distrito n.ºs: 644 - 643 - 640 - 638 - 636 - 635 - 633 e 632.

**Ao Nordeste:** daí confronta com o Distrito de Cruzmaltina, divisando, por 8 (oito) linhas retas com as distâncias de 2.100,00m - 2.700,00m - 800,00m - 1.700,00m - 900,00m - 1.950,00m - 1.000,00m - 500,00m. Os lotes do Distrito de São Domingos são n.ºs: 632, 874, 6, 873, 1 e 95; e os lotes do Distrito de Cruzmaltina são n.ºs: 795 - 830 - 872 - 93 - 94 e 197.

Daí divisando pelo Rio Azul (água abaixo) medindo em linha reta 900,00m; daí divisando por três linhas retas com as distâncias de 600,00m - 800,00m e 1.100,00m; daí divisando pelo Rio Chupador (água acima), medindo em linha reta 1.800,00m, daí divisando por 8 (oito) linhas retas com as distâncias: 850,00m - 300,00m - 850,00m - 300,00 - 1.000,00m - 200,00m - 1.150,00m e 850,00m; confrontando com os lotes do Distrito de São Domingos n.ºs 96 - 98 - 277 - 278 - 289 - 290, com o Distrito de Cruzmaltina, com os lotes n.ºs 195 - 194 - 279 - 280 e 288.

**Ao Noroeste:** confronta com o Município de Borrazópolis, divisando pelo Córrego Lageadão (água abaixo), medindo em linha reta até o marco PP, 5.100,00 metros.

Ao lado do Distrito a numeração dos lotes são: 290 - 266 - 268 - 269 - 270 e 102.

Assim fechando a poligonal deste Distrito, com 56.100,0m.

III - **Cruzmaltina: Ao Sudoeste:** Inicia-se em um marco de cerne PP, cravado no ponto comum com o lote n.º 632 dos Distritos de São Domingos e Primavera e com o lote n.º 795 do Distrito de Cruzmaltina e com o Rio São Pedro; daí confronta com os Distritos de São Domingos e Primavera com os lotes n.ºs: 632 - 874 - 6 - 873 - 1 - 95 - 96 - 98 - 277 - 278 - 289 e 290.

Os lotes do Distrito de Cruzmaltina n.ºs: 795 -

830 - 872 - 93 - 94 - 197 - 195 - 279 - 280 e 288, divisando por 8 (oito) linhas retas com as distâncias de 2.100,00m - 2.700,00m - 800,00m - 1.700,00m - 900,00m - 1.950,00m - 1.000,00m e 500,00m.

Divisando pelo Rio Azul (água abaixo), medindo em linha reta 900,00m.

Divisando por 3 (três) linhas retas com as distâncias: 600,00m - 800,00m e 1.110,00m.

Divisando pelo Rio Chupador (água acima), medindo em linha reta 1.800,00m.

Divisando por mais 8 (oito) linhas retas com as distâncias de 850,00m - 300,00m - 850,00m - 300,00m - 1.000,00m - 200,00m - 1.150,00m e 850,00m.

**Ao Noroeste:** Confronta com o Município de Borrazópolis, divisando pelo Córrego Lageadão (água acima) - até a cabeceira medindo em linha reta 3.700,00m, liga diretamente com a divisa antiga medindo em linha reta 550,00m, até encontrar-se como Corregozinho Guararema, daí por uma linha reta até a barra do Ribeirão Três Barras com o Rio das Antas com uma distância de 4.050,00m, e daí divisando pelo Rio das Antas com uma distância de 900,00m. A numeração dos lotes são: n.ºs: 288 - 287 - 286 - 294 - 296 - 295 - 297 e 122.

**Ao Nordeste:** Confronta com o Distrito de Altamira com os lotes n.ºs 121 - 119 - 693 - 827 - 889 - 819 - 817, do Distrito de Cruzmaltina com a lotação n.ºs: 122 - 123 - 305 - 303 - 222 - 221, divisando por 3 (três) linhas retas com as distâncias do Rio das Antas até o lote n.º 817 - 2.750,00m - 150,00m e 5.150,00m.

Confronta com o Município e Comarca de Faxinal com os lotes do Distrito de Cruzmaltina: n.ºs: 221 - 220 - 219 - 865 - 48 - 49 - 74 - 72 - 36 - 717 - 718 - 720 - 721 - 842 e 761, divisando por 17 (dezessete) linhas com as distâncias de 1.500,00m - 700,00m - 1.050,00m - 630,00m - 300,00m - 1.450,00m - 650,00m - 600,00m - 1.000,00m - 1.350,00m - 900,00m - 750,00m - 300,00m - 1.450,00m - 1.500,00m - 750,00m - 1.000,00m.

**Ao Sudeste:** Confrontando com o Município e Comarca de Faxinal com a Lotação do Distrito Cruzmaltina n.ºs: 761 - 762 - 763 e 795, divisando pelo Rio São Pedro até o ponto PP, medindo em linha reta 3.900m.

Assim fechou a poligonal deste perímetro, com uma distância de 59.380,00m.

**IV - Distrito de Altamira : Ao Sudoeste:** - Confronta com o Distrito de Cruzmaltina com os lotes n.ºs: 221 - 222 - 303 - 305 - 123 - 122; com o Distrito de Altamira com os lotes n.ºs: 817 - 819 - 889 - 827 - 693 - 119 - 129, divisando por três linhas retas com as distâncias de 5.150,00m - 150,00m e 2.750,00m.

**Ao Norte:** Confronta com o Município de Borrazópolis com os lotes do Distrito de Altamira com a numeração n.ºs: 121 - 120 e 117, divisando pelo Rio das Antas até a Barra do Rio Piaimir, medindo em linha reta 4.100,00m; daí confronta com o Município e Comarca de Marilândia do Sul até o ponto comum com os lotes n.ºs 587 e 188, com o Rio das Antas, com os lotes do Distrito de Altamira n.ºs: 117 - 118 - 155 - 150 - 153 - 189 - 822 e 587, divisando com o Rio das Antas com uma distância de 5.750,00m.

**Ao Noroeste:** Daí confronta com o Município e Comarca de Marilândia do Sul, no lado do Distrito de Altamira com os lotes n.ºs: 188 - 187 - 183 - 182 - 353 - 352 - 355 - 356 - 357 e 487, divisando pelo Rio das Antas, medindo em linha reta igual a 6.700,00m.

**Ao Sudeste:** Daí confronta com o Município e Comarca de Faxinal, com os lotes do Distrito de Altamira n.ºs: 487 - 489 - 592 - 591 - 859 - 615 - 810 - 820 -

817, divisando por três linhas retas com as distâncias de 1.250,00m - 950,00m e 600,00m, daí por um corregozinho, divisando por uma linha reta de 250,00m e novamente por 5 (cinco) linhas retas de 2.400,00m - 450,00m - 1.650,00m - 600,00m - 1.400,00m; daí pelo Rio Três Barras com as distâncias de 150,00m e 350,00m - daí por 6 (seis) linhas retas com as distâncias de 650,00m - 450,00m - 850,00m - 2.000,00m e 1.950,00m onde encontram-se com o marco de partida PP.

Assim fechou a poligonal deste Distrito de Altamira com uma distância de 40.550,00m.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de maio de 1978

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

JUSTIFICATIVA:

O Município de Faxinal, localizado na região do Vale do Ivaí, é um dos municípios que vem se destacando através do expressivo desenvolvimento no setor agrícola, econômico e social de nosso Estado.

Face a esse desenvolvimento, a sua estrutura administrativa está a exigir também certas modificações, a fim de que possa o município atender com melhores condições as necessidades que tal progresso vem ocasionando.

Neste sentido, o Poder Legislativo Municipal de Faxinal, aprovou a Lei Municipal, autorizando o Executivo Municipal a representar junto à esta Assembléia Legislativa para a criação através de Lei Estadual, dos Distritos de VILA DINIZ, SÃO DOMINGOS, CRUZMALTINA e ALTAMIRA, que ora estamos propondo a esta Casa.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 83/78

PARECER

O Projeto de Lei n.º 83/78, de autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes é acompanhado pela documentação exigida pela Lei Orgânica dos Municípios e não fere qualquer dispositivo legal ou constitucional.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 28 de março de 1979.

(a) GILBERTO CARVALHO, Presidente e Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 83/78

PARECER

De autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, visa criar os Distritos Administrativos de Vila Diniz, São Domingos, Cruzmaltina e Altamira, no Município de Faxinal.

Analisando o aspecto legal e constitucional do referido projeto, a douta Comissão de Constituição e Justiça opinou favoravelmente.

Esta Comissão chamada a opinar sobre o aspecto financeiro da matéria entende que nada há que possa impedir sua tramitação.

Nestas condições nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação da matéria.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1979.

(aa) AGUINALDO PEREIRA LIMA, Presidente;  
DARCY DEITOS, Relator.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 07/79, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI, com sede e foro no Município de Coronel Vivida. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

## PROJETO DE LEI N.º 07/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA" — APMI, de Coronel Vivida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1979.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

## JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com sede e foro no Município de Coronel Vivida, é uma associação assistencial, filantrópica, civil e de utilidade pública, com personalidade própria.

Pelos inclusos estatutos da Associação e demais documentos, se observam os relevantes serviços sociais que são prestados à coletividade mais necessitada.

Do exposto, considerando que a mesma preenche os requisitos necessários e indispensáveis à sua declaração de utilidade pública, é que oferece o presente projeto de lei à consideração dos meus Pares.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 07/79

## P A R E C E R

1 — Subscrito pelo ilustre Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, visa o presente projeto de lei declarar de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Coronel Vivida.

2 — A referida entidade preenche os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a declaração de utilidade pública, ou seja:

- a) - que está em efetivo funcionamento e serve desinteressadamente à coletividade;
- b) - que está devidamente registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas e;
- c) - que os membros de sua diretoria não são remunerados a qualquer título.

3 — Face ao exposto, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor quanto aos aspectos de ordem legal ou constitucional, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 22 de março de 1979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 10/79, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL, que declara de utilidade pública a "LEGIÃO MIRIM DE ROLÂNDIA", com sede e foro na cidade de Rolândia, neste Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

## PROJETO DE LEI N.º 10/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

## D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "LEGIÃO MIRIM DE ROLÂNDIA", com sede e foro na cidade de Rolândia, neste Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1979.

(a) DÁCIO LEONEL.

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços em benefício do menor desamparado ou filho de família carente de recursos na busca de sua integração na comunidade.

É uma entidade civil de beneficência, sem fins lucrativos.

Seus estatutos foram aprovados em 07 de maio de 1975, tendo sido registrados sob n.º 102, do livro A, do 16 de julho de 1975, no Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Rolândia.

A mencionada entidade acha-se devidamente registrada sob n.º 850, às fls. 27 (13.6.77) na Sec. da Saúde e Bem Estar Social (documento anexo).

Pela Lei municipal n.º 1.329/78 foi a "Legião Mirim de Rolândia" considerada de utilidade pública pelo Município de Rolândia.

Juntando o relatório de atividades de 1978, estamos seguros do apoio unânime desta Casa Legislativa.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 10/79

## P A R E C E R

1 — O Projeto de Lei n.º 10/79, de autoria do nobre Deputado Dácio Leonel, declara de utilidade pública a "Legião Mirim de Rolândia", com sede e foro no Município de Rolândia, neste Estado.

2 — Pela documentação apensa ao projeto, verifica-se que a entidade em pauta satisfaz as exigências contidas no Art. 1.º, da Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, tais como:

- I - Possui personalidade jurídica há mais de um ano;
- II - se encontra em efetivos exercício, prestando serviços à coletividade;
- III - seus cargos de direção não são remunerados, nem distribue lucros, bonificações ou vantagens aos seus diretores ou mantenedores;
- IV - pelo relatório apresentado, comprova-se a prestação de serviços sociais e educacionais a uma clientela de oitenta meninos e suas famílias.

3 — Em decorrência do exposto no item anterior, não havendo óbice legal ou constitucional que se lhe possa antepor, opinamos pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 23 de março de 1979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Domingos Lourenço de Almeida, ocorrido em Londrina. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 33/79. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela posse do Sr. Isaias Vicente da Silva, no cargo de Presidente do Sindicato dos Estivadores de Paranaguá. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando voto de apoio e solidariedade aos lavradores atingidos pelo reservatório de Itaipu. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, no sentido de que seja instalado um mono canal telefônico de Rio do Salto, Município de Cascavel. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos e congratulações ao reporter-fotográfico Haraton Maravalhas, dos jornais "O Estado do Paraná" e "Tribuna do Paraná", pelo prêmio recebido da "Fundación Teresa Carreño", de Caracas, através do concurso internacional de fotografia intitulado "A Criança e a Estrutura".— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos e congratulações ao jornalista Luiz Nunes Moreira, do jornal "A Gazeta do Povo" premiado no concurso internacional de fotografia, realizado em Caracas, pelo Centro de Artes Integradas "Fundação Teresa Carreño".— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, sugerindo que seja criada uma área especial para estacionamentos urgentes (15 minutos no máximo) junto à Rodoferroviária.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação, no sentido de que seja informada a Casa, sobre os estudos ou intenções de estadualizar a Fundação Faculdade de Agronomia de Bandeirantes.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, lido da tribuna, solicitando o envio de apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam procedidos estudos, visando a encampação da Companhia Hidrelétrica Parapanema — CHEP — que atende cerca de trinta municípios do Paraná.— Em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão do requerimento, de acordo com o Regimento Interno, Artigo 150.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, sobre um rol de informações a respeito do sistema telepiadas.— Em discussão.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, lido da tribuna, solicitando o envio de telex aos Srs. Presidente da República, Ministro da Agricultura e Ministro-Secretário do Planejamento, congratulando-se pelo corajoso ato visando o congelamento de preços dos produtos alimentícios essenciais para o povo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 02/79.

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 159, 167, 169, 179 e 194/78.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 04/79 e de Lei n.ºs: 83/78, e 07 e 10/79.

Levanta-se a sessão.

## PORTARIAS:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

## RESOLVE:

### PORTARIA N.º 284/79

autorizar MARLENE DE BRITO PERRONE, matrícula n.º 222, ocupante do cargo de nível PL"18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da 1.ª Secretária, a partir de 1.º de abril de 1979.

### PORTARIA N.º 285/79

autorizar, HONORINO LUIZ COLLA, matrícula n.º 505, ocupante do cargo de nível PL"22", da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da 2.ª Secretária, a partir de 1.º de abril de 1979.

### PORTARIA N.º 286/79

I — designar o funcionário AYRTON PRECOMA, matrícula n.º 511, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Departamento Legislativo; e,

II — autorizar o funcionário acima mencionado, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de abril de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN  
Diretor Geral